

BIOBIBLIOGRAFIA E CRÍTICA TEXTUAL

NOTAS E COMENTÁRIOS II ¹

Maximiano de Carvalho e Silva
UFF

7

O CD-ROM DO VOCABULÁRIO DE BLUTEAU

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), de que é Reitora a Professora Nilcéa Freire, através do seu Departamento Cultural sob a direção de Cléia Schiavo Weyrauch ², como parte do Projeto Brasil 500 Anos, lançou em CD-ROM, produzido por SONOPRESS RIMO INDÚSTRIA E COMÉRCIO FONOGRAFICO, uma reprodução fac-similada do *Vocabulário Português e Latino* de D. Rafael Bluteau, monumento da lexicografia portuguesa, editado em dez alentados volumes, entre os anos de 1712 e 1725.

O projeto inicial se organizou por iniciativa do Professor Nireu O. Cavalcanti (UFF), a quem coube a coordenação geral da sua execução. Trata-se de uma iniciativa de grande alcance, um exemplo para estimular outros semelhantes, por oferecer daqui por diante o acesso no computador ao *Vocabulário* de Bluteau e a possibilidade de cópia imediata de suas páginas. Como se sabe, a edição original dessa obra de extraordinária importância, em dez volumes, é uma raridade bibliográfica, de preço altíssimo no mercado de livros, cuja consulta nas bibliotecas públicas que a têm em seu acervo é extremamente penosa, acarretando ainda ao pesquisador a dificuldade e o incômodo de só poder anotar em condições precárias as informações de seu interesse para utilização posterior. Com o CD, tudo fica bem mais fácil, inclusive porque se tornou possível pelos índices existentes localizar os verbetes sem de-

¹ Esta série de artigos se iniciou no número anterior de *Confluência* (19), com tópicos numerados de 1 a 6, e o título abreviado de “Notas e Comentários”.

² Rua São Francisco Xavier, 524, Sala T 126, bloco F, Rio de Janeiro, CEP 20550-013.

mora e observar na tela os dizeres em tamanho ampliado, graças aos recursos de que dispõe o computador. Presta-se assim uma homenagem ao Padre Rafael Bluteau e ao mesmo tempo um inestimável serviço ao desenvolvimento dos estudos histórico-culturais, lingüísticos e lexicográficos no Brasil.

Era Bluteau de origem francesa, mas nascido a 4 de dezembro de 1638 em Londres. Aos 6 anos de idade passou a residir com os pais em Paris. Anos mais tarde, aprofundando a cultura humanística de que se foi assenhoreando aos poucos, seguiu para Roma, onde se doutorou e se tornou clérigo regular da Divina Providência. Em 1668 mudou-se para Portugal, e logo se familiarizou com a língua, a história e a cultura portuguesa, a que consagraria muitos anos de estudos e de pesquisas, que lhe permitiram organizar e publicar a obra-prima que é o *Vocabulário Português e Latino*. Faleceu em Lisboa a 14 de fevereiro de 1734.

Convém mencionar que o grande humanista Hernâni Cidade, referindo-se ao saber enciclopédico de Bluteau, o classifica como “o homem que mais contribuiu, nos primeiros tempos do século XVIII, para a renovação cultural portuguesa”³. Preciosa apreciação do valor do *Vocabulário Latino e Português*, como fruto de uma “singular personalidade, peregrina inteligência e extraordinária erudição”, se lê no pequeno-grande livro de Gladstone Chaves de Melo *Dicionários Portugueses*, publicado no ano de 1947, em que se faz o registro e a análise crítica dos principais trabalhos da lexicografia luso-brasileira de até então: o *Vocabulário*, louvado por filólogos do porte de Leite de Vasconcelos, Augusto Magne e outros, é aí muito justamente qualificado como “monumento e tesouro da língua portuguesa” e como “um prodígio de erudição”⁴.

Nas páginas iniciais do volume I (1712) se lêem as palavras que Bluteau dirigiu ao Rei D. João V, e mais, textos de louvor a sua obra que lhe foram dirigidos em prosa e em verso, os pareceres e a licença do Santo Ofício para a impressão da mesma e um curioso e extenso prólogo do autor “a todo o gênero de leitores”: o leitor benévolo, o leitor malévolo, o leitor impaciente, o leitor português, o leitor estrangeiro, o leitor douto, o leitor indouto, o leitor pseudocrítico, o leitor impertinente e o leitor mofino. Em seguida, em tópicos independentes, relacionou Bluteau os autores e livros portugueses citados nos verbetes, os autores “segundo as matérias que trataram”, listas das abreviaturas adotadas, uma sumária notícia dos autores latinos tidos como “exemplares da boa latinidade” e também as abreviaturas dos seus nomes. Os verbetes se

³ In *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 3, col. 1449-1450, Lisboa, Editorial Verbo, 1965. Vale a pena ler também o que já dissera Hernâni Cidade sobre Bluteau nas suas *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, segundo volume, Lisboa, 1940, p. 27-40.

⁴ Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 7-12.

estendem do volume I ao volume VIII. Este último contém ainda valioso levantamento bibliográfico de dicionários das línguas portuguesa, espanhola, inglesa, francesa, italiana e latina, e relação de títulos de dignidades eclesiásticas e seculares e de vários ofícios praticados em Portugal.

A presente edição do *Vocabulário* de Bluteau traz uma “Apresentação” assinada por Cléia Schiavo Weyrauch como Diretora do DECULT-UERJ e Presidente da Comissão UERJ Brasil 500 Anos, e por Gerson Perch, Diretor de Informática da Universidade. Vem logo após a notícia intitulada “O Primeiro Dicionário Enciclopédico Português”, em que o Professor Nireu Cavalcanti faz o histórico do Projeto Rafael Bluteau, cuja inspiração lhe surgiu ao sentir pessoalmente a dificuldade de consultar a obra rara, seja num primeiro momento ao fazer pesquisas na Biblioteca Nacional de Lisboa, ou mais tarde ao ter acesso mais restrito à obra na biblioteca do Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse estudo prévio, Nireu Cavalcanti acentua que nenhum dicionário anterior possuía “a amplitude do dicionário de Bluteau”; que ademais, com a bibliografia que apresenta sobre obras publicadas em Portugal, constitui “importante fonte sobre a produção cultural livresca portuguesa”, a que se acrescentou algum tempo depois a *Biblioteca Lusitana, Histórica e Cronológica* de Diogo Barbosa Machado, publicada de 1741 a 1758. Além disso, sendo de caráter enciclopédico e contendo preciosas informações histórico-geográficas, o *Vocabulário* deve também ser consultado por quem estuda o período colonial brasileiro, pelas informações que traz relativas a “todas as áreas do conhecimento”. Reconhece, todavia, Nireu Cavalcanti que “a obra é muito pouco conhecida no Brasil”, onde o *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antônio de Morais Silva, com uma primeira edição de 1789, se tornou muito divulgado e usado, principalmente por ter tido várias edições, entre as quais a de 1813, de que existe uma reprodução fac-similada, à venda com relativa frequência nos nossos sebos (antiquários). Comparando os trabalhos de Bluteau e de Morais, deve-se estabelecer como principal diferença entre eles o fato de ser o *Vocabulário* na verdade um dicionário enciclopédico, e o segundo um dicionário da língua, para a feitura do qual o próprio Morais se baseou declaradamente em Bluteau, cujas definições procurou ajustar às suas próprias pesquisas lexicográficas.⁵

⁵ Na folha de rosto da primeira edição do seu dicionário, em 1789, Morais assim caracteriza o trabalho realizado: *Dicionário da Língua Portuguesa. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Morais Silva*. Na segunda edição, de 1813, bastante melhorada e aumentada, Morais modificou os dizeres desse título, que passaram a ser: *Dicionário da Língua Portuguesa recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*.

Nireu Cavalcanti esclarece mais que a microfilmagem dos exemplares da biblioteca do Arquivo Nacional, efetuada pela Empresa SMARTEC, com os recursos reduzidos de que se pôde dispor, só ensejou “a impressão do CD em sistema mais simples, de vagarosa consulta”. A informação explica e justifica as dificuldades que o usuário encontrará na utilização do CD, as quais no entanto não impedem o fundamental, ou seja, o acesso às páginas do *Vocabulário*, que podem ser consultadas, como eu próprio já fiz mais de uma vez, com verdadeiro proveito e relativa facilidade.

8

UM VALIOSO DICIONÁRIO DE PROVÉRBIOS

Com o maior interesse, recebi das mãos da Professora Estela dos Santos Abreu um livro de que é autora, juntamente com Roberto Cortes de Lacerda e Helena da Rosa Cortes de Lacerda: *Dicionário de Provérbios: Francês – Português – Inglês. / Provérbios franceses definidos por Didier Lamaison*⁶. O volume se compõe das seguintes partes: Epígrafes. / Apresentação. / Abreviaturas. / Siglas e sinais convencionais. / Provérbios de A a Z. / Bibliografia. / Índice das palavras de referência. / Índice dos provérbios (alemães, espanhóis, franceses, gregos, ingleses, italianos, latinos, portugueses). / Índice das abonações. / Índice onomástico. / Espaço do leitor. / Estruturação dos verbetes.

Definiu Estela dos Santos Abreu o trabalho realizado como resultante de longa pesquisa, partindo de locuções da língua francesa, para as quais apresenta correspondentes “em português e inglês, e, muitas vezes, também em grego, latim, italiano, espanhol e alemão”. Há nele com frequência “informações sobre a origem e data de cada provérbio, além de comentários literários, lingüísticos, históricos, etc.”, sendo os verbetes “enriquecidos por inúmeras abonações” seguidas das respectivas traduções. No final do volume, os índices separados dos provérbios em oito idiomas “permitem inúmeros cruzamentos, num amplo jogo de conhecimento e reconhecimento”.

Na “Apresentação” que os autores fazem do *Dicionário*, depois de se lembrar que a origem dos provérbios é bem remota, tendo eles servido a diversos povos da antigüidade para “inculcar preceitos morais e transmitir idéias filosóficas”, também se diz que na atualidade “os provérbios continuam a ganhar vida em várias partes do mundo”, sendo no Brasil de uso freqüente mesmo nos grandes centros urbanos. Por isso, seu estudo é de interesse tanto para o homem comum como para o “profissional do texto, sobretudo o tradutor ou o intérprete, à procura de equivalências entre provérbios de idiomas e culturas

⁶ Rio de Janeiro, Lacerda Editora, 1999, XVI + 555 p.

diferentes”. Diz-se mais que, iniciando-se a execução do projeto com o levantamento de cerca de 20.000 locuções e expressões da língua francesa, com os equivalentes em português e inglês, desse repertório “foram selecionados perto de 3.000 formas proverbiais francesas” que passaram a constituir o eixo do *Dicionário*. Indicado por uma “palavra de referência”, a cada provérbio corresponde uma definição, e mais “eventual datação e origem geográfica”, “listagem dos correspondentes ou equivalentes em português e inglês”, “abonações” e “observações diversas”, bem como em muitos casos “a origem histórica, os correspondentes ou equivalentes em grego, latim, italiano, espanhol e alemão”, e também “remissões a provérbios semelhantes ou opostos”. Em seguida faz-se referência aos vários índices que enriquecem a obra e facilitam a sua consulta. Concluem a “Apresentação” dois tópicos destacados: no primeiro deles, com o subtítulo “Definição”, frisa-se o entendimento de provérbio como “uma sentença completa e independente – em geral de criação anônima – que exprime, muitas vezes de modo metafórico, um pensamento, um preceito, uma advertência, um conselho”, acrescentando-se que são também provérbios “os adágios, os aforismos, os anexins, os apotegmas, os ditados, as gnomas, as máximas, os pensamentos, os refrães”, e que “a distinção entre esses termos nem sempre é fácil” (o que leva os autores do *Dicionário* a explicitar o seu entendimento de cada um deles). O segundo tópico trata das “características formais” dos provérbios, acentuando-se com uma citação de Alain Rey que, apesar “das evidentes diferenças culturais, todos os provérbios possuem em comum um certo tipo de conteúdo”, sendo “gerais ou generalizáveis” as afirmações que neles se contêm.

Ao fazer o registro da publicação deste *Dicionário de Provérbios* para que saibam da sua existência os leitores de *Confluência*, por feliz coincidência tive acesso ao artigo que o filólogo José Pedro Machado, incansável estudioso e divulgador da cultura portuguesa, acaba de publicar na habitual seção de última página do boletim bibliográfico da Livraria Portugal de Lisboa (dezembro de 2000), para tratar da suposta origem e do sentido da frase “A África começa nos Pirenéus”, por ele ouvida com frequência em Portugal, como uma espécie de “autodepreciação coletiva”. Em lúcidas observações, lembra o filólogo que provérbios, ditos sentenciosos, frases feitas “não conseguem viver dentro de intransponíveis fronteiras, sem possibilidades de exportação”, e que por isso vale a pena anotar “esses elementos tão expressivos a fim de os recolher um a um, coordená-los e procurar a aproximação, a ligação ou o relacionamento dos idiomas também sob esse aspecto”.⁷ Nessas palavras de José Pedro Machado está a justificativa de todo o esforço de recolherem os autores

⁷ Cf. *Serviços Bibliográficos da Livraria Portugal*, Lisboa, 2.ª série, dezembro 2000, n.º 697, p. 12.

do *Dicionário de Provérbios* acima citado tantos preciosos elementos para estudos comparativos que possam contribuir para a melhor compreensão ou elucidação do sentido de inúmeras expressões semelhantes, muitas delas de uso corrente no linguajar do povo.

Como manifestações anônimas do saber popular, em busca de simples explicações ou interpretações para os fatos do dia-a-dia e para as coisas transcendentais, são portanto os provérbios um dos elementos fundamentais para estudos vários, entre os quais os de demopsicologia. Muitos deles representam o saber universal, são expressões comuns a todas as culturas. Mas há também os de expressão nacional, ou regional ou de grupos na comunidade. É difícil encontrar algum acontecimento na vida dos povos e das pessoas a que não se aplique um provérbio, pois a alma popular está atenta ao que se passa em torno, e não resiste à tentação de exprimir, às vezes com exagero ou com visão distorcida dos fatos e realidades, a sua maneira de sentir ou de assistir ao espetáculo do desconcerto do mundo. Por tudo isto, e pelo aproveitamento que têm na existência do homem comum e por parte dos autores cultos, é do maior interesse o levantamento e o estudo interpretativo dos mesmos, sendo pois auspicioso que alguns pesquisadores devotados se dediquem à tarefa de colecioná-los, o que vem acontecendo através dos anos.

Informe-se ainda, para terminar este tópico, que os autores do livro em exame estão agora empenhados na realização de um projeto ainda mais amplo da preparação de um dicionário de provérbios em língua portuguesa, no qual pretendem fazer não apenas o registro do que pesquisaram como também apresentar com a indicação das datas respectivas as abonações colhidas em exaustivas pesquisas nos textos das diferentes épocas da história da língua.

9

DOIS NOVOS LIVROS DA “COLEÇÃO AFRÂNIO PEIXOTO”, DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

A Academia Brasileira de Letras, sob a presidência do escritor e professor Tarcísio Padilha, acaba de publicar mais dois livros na “Coleção Afrânio Peixoto”, dirigida pelo acadêmico Antônio Olinto:

Castro Alves: “Tragédia no Mar (o Navio Negroiro)” – Cotejo do manuscrito com 63 textos integrais e cinco parciais, no total de 15.998 versos, de autoria de Antônio José Chediak (Rio de Janeiro, 2000, 696 p.).

Bibliografia dos Patronos: Bernardo Guimarães e Casimiro de Abreu, de Israel de Souza Lima (idem, 587 p.).

No estudo comparativo que dedicou ao “Navio Negroiro” estabelece Antônio José Chediak um minucioso confronto de edições e reproduções do

texto do famoso poema de Castro Alves, dando assim mais uma notável contribuição ao progresso dos estudos lingüísticos e filológicos e ao melhor conhecimento de obras-primas da literatura brasileira. Por ele se pode ter idéia dos descaminhos a que são levados os que se valem sem as devidas cautelas das edições de textos dos melhores autores na suposição tantas vezes falsa de que transcrevem com fidelidade o que está nos textos originais ou nas edições fidedignas. Valeu-se o autor, um dos mais destacados e dedicados integrantes do magistério brasileiro e estudiosos da nossa língua, com numerosos livros, opúsculos, artigos publicados, das suas experiências no campo da Crítica Textual, onde teve marcante atuação ao lado de Celso Cunha, Antônio Houaiss e J. Galante de Sousa na Comissão Machado de Assis, encarregada da elaboração de edições críticas da obra machadiana.

Tenho o prazer de conhecer e acompanhar as atividades de Antônio José Chediak desde o ano de 1943, em que meu pai, sabendo que eu era leitor dos artigos de Carlos de Laet, transcritos na *Revista de Cultura* dirigida pelo Padre Tomás Fontes, me deu de presente os dois volumes em que Chediak reuniu, sob o título *Carlos de Laet, o Polemista*⁸, tantos elementos relativos a um aspecto particularmente importante da atividade jornalística do grande escritor. Carlos de Laet é um dos nossos autores injustamente esquecidos, cujo talento de ensaísta e polemista ficou evidente nos anos do fim do Império à Primeira República, em que se discutiam pela imprensa as principais questões nacionais. Seus escritos, portanto, são de interesse não apenas para os estudiosos de literatura brasileira, mas também para os da história da República no Brasil. Há alguns anos, a Fundação Casa de Rui Barbosa, por iniciativa de Homero Senna, então Diretor do Centro de Pesquisas da instituição, reeditou em três volumes boa parte das crônicas, dos discursos e dos textos de polêmica de Laet⁹. Também merece reedição o relato documentado das polêmicas de Laet, com material colhido em penosas pesquisas em jornais e revistas da Biblioteca Nacional, inclusive porque muitos dos jornais consultados se danificaram com o tempo e hoje só nas transcrições de Chediak se podem obter valiosos dados e informações indispensáveis à correta avaliação do que foram aqueles anos na vida cultural brasileira.

⁸ Antônio José Chediak, *Carlos de Laet, o Polemista – Primeira Série*, prefácio de Escragnolle Dória, São Paulo, Editora Anchieta, 1942, 275 p.; *Segunda Série*, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943, 415 p.

⁹ Carlos de Laet, *Obras Seletas*, edição anotada, em três volumes, com texto estabelecido por Adriano da Gama Kury e índice onomástico por Ivette Maria Savelli Sanches do Couto: *I: Crônicas*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa – Agir, 1983, 379 p. / *II: Polêmicas*, 1984, 405 p. / *III: Discursos e Conferências*, 1984, 183 p.

Acompanho há muitos anos o pacientíssimo e bem orientado labor bibliográfico de Israel de Souza Lima, que ao longo do tempo colecionou livros, revistas, artigos, anotações históricas e literárias para poder realizar o seu plano de biobibliografia dos Patronos da Academia Brasileira de Letras, recebendo sempre os maiores encômios de ilustres bibliógrafos e bibliófilos como Plínio Doyle e José E. Mindlin, sabedores dessas suas atividades de preservação da nossa memória literária, incansavelmente desenvolvidas em São Paulo, por puro amor à cultura e às nossas letras. Há algum tempo, perdi de vista o nosso Israel de Souza Lima, e tinha vontade de saber o destino dos originais do seu trabalho, de valor incalculável. Por conseguinte, é com a maior alegria que vejo agora editado mais um volume da biobibliografia de Patronos da Academia que organizou, relativo às grandes figuras do romancista e poeta Bernardo Guimarães e do poeta Casimiro de Abreu.

Uma das dificuldades dos que se dedicam com rigor metodológico à preparação de boas edições e principalmente de edições críticas e comentadas é cumprir a tarefa preliminar e indispensável dos levantamentos biobibliográficos mais completos, através dos quais terão elementos seguros para resolver, pelo estudo comparativo de textos fundamentais, os problemas da escolha dos textos de base a serem reproduzidos como mais representativos da vontade autoral e do registro das variantes no caso das edições críticas. Algumas edições aparecidas nos últimos tempos com o rótulo de “edições críticas” se ressentem das falhas decorrentes do desconhecimento de fontes bibliográficas de consulta obrigatória. Tais noções básicas ressaltam o alto interesse, quer para os estudos literários de modo geral, quer para as pesquisas filológicas, de levantamentos biobibliográficos como aqueles a que procedeu Israel de Souza Lima. Dão idéia do que ele reúne neste volume dedicado a Bernardo Guimarães e a Casimiro de Abreu, Patronos das cadeiras nº 5 e nº 6 respectivamente, as indicações no sumário inicial relativas aos pontos de que tratou: síntese cronológica, siglas e abreviaturas utilizadas, obras de apoio, obras editadas, publicações esparsas e inéditos, traduções, fortuna crítica. Acrescentam-se ainda aos dados relativos aos Patronos das referidas cadeiras as notas sobre os fundadores das mesmas e aos seus sucessores.

10

OS EDITORES E PREPARADORES DE TEXTO E O DESCONHECIMENTO DE PRINCÍPIOS BÁSICOS DE CRÍTICA TEXTUAL E DE EDITORAÇÃO

Os problemas da produção do livro

No dia 25 de setembro de 1979, tive oportunidade de participar de uma sessão do I CONGRESSO ESTADUAL DO LIVRO, sob o patrocínio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como debatedor de uma conferência sobre a produção do livro. Não tendo a menor idéia de como o conferencista

trataria dos diversos aspectos do tema escolhido, imaginei no entanto que, como de modo geral acontece, ficaria esquecido no exame da matéria o problema mais importante da qualidade do texto a ser editado. De fato, a minha previsão se confirmou, pois o conferencista se estendeu em minúcias sobre a produção gráfica do livro – papel, tamanho, tipos, paginação, disposição dos elementos, capa, orelhas, folha de rosto, tiragem etc. – mas não disse nada sobre a preparação dos originais e a revisão final. Assim sendo, quando me foi dada a palavra para iniciar o debate, pude com expressivos exemplos demonstrar como edições de boa ou excelente apresentação gráfica têm sido publicadas com as mais absurdas distorções do texto, num absoluto desrespeito ao mais importante dos direitos do autor, o de que a reprodução dos seus escritos seja feita com as suas características de forma e conteúdo preservadas com o maior cuidado. Demonstrei ainda que as editoras não tomaram consciência de que no seu corpo de funcionários ou de colaboradores especializados, a quem devem recorrer para a mais perfeita produção do livro, precisam ter a presença do filólogo, habilitado pelos conhecimentos de problemas bibliográficos e pelos estudos básicos de Linguística e de Crítica Textual a proceder à revisão crítica dos originais e de indicar com segurança as soluções relativas ao texto da obra que se quer editar. Distribuí então entre os presentes uma página que elaborara previamente, movido por aquela desconfiança inicial, para fazer as seguintes sugestões, no pressuposto de que só com as providências indicadas a editoração poderia tomar novos rumos, não só no Brasil como em outros países:

a) Que as instituições de ensino superior, levando em conta o progresso editorial no país, procurem atender às exigências da boa formação de profissionais como o revisor crítico, o preparador de originais, o preparador de textos críticos, o tradutor, o diagramador e outros, com diversificações dos currículos dos cursos de Letras e de Biblioteconomia e a previsão da realização de estágios em empresas gráficas bem aparelhadas.

b) Que as casas editoras façam corresponder aos esforços louváveis de modernização dos processos de composição e impressão a preocupação constante de reproduzir textos rigorosamente fiéis aos originais e isentos das deformações, falhas e erros tipográficos que tanto desmerecem numerosas publicações atuais.

c) Que as instituições oficiais – como o Instituto Nacional do Livro e o Instituto Estadual do Livro – só aceitem o patrocínio de edições comprometidas com todo esse empenho da reprodução fiel e cuidada dos textos, exigindo a menção da responsabilidade do próprio autor, ou de um profissional competente, ou da casa editora, no que diz respeito ao desempenho de tarefas fundamentais como a preparação de originais, a revisão tipográfica e outras.

d) Que seja revista a legislação referente a direitos autorais, assegurando-se daqui por diante ao preparador de edições críticas e ao tradutor não simplesmente a remuneração por tarefa executada, mas em cada reedição do seu trabalho o percentual a que fazem jus por esse tipo de elaboração intelectual de alto nível e do maior interesse para a cultura brasileira.

Muitos anos já se passaram desde então, mas infelizmente os mesmos e até mais graves erros continuam a ser cometidos no campo da editoração. Vítimas da descaracterização dos seus escritos têm sido não só os autores antigos mas até mesmo autores contemporâneos. Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava, por exemplo, nas nossas agradáveis conversas nos *sabadoyles*¹⁰, se queixavam das modificações que revisores despreparados haviam introduzido em seus textos, na suposição de que eram erros ou impropriedades de linguagem a serem corrigidos certas formas ou construções que os escritores haviam usado com plena consciência do que faziam. Rachel de Queiroz se queixou há alguns anos de que os textos de livros seus publicados em Portugal sofriam a indébita intromissão de editores que se achavam no direito de modificar nos escritos da romancista e cronista formas e expressões de uso regional brasileiro para maior comodidade de leitura do público português: ignoravam tais editores que para isso havia o recurso tão simples de acrescentar a cada edição um pequeno glossário para esclarecer o uso de formas e o sentido de palavras e expressões que podiam confundir o leitor.

Pensando na formação de especialistas em Crítica Textual e na abertura de um outro campo de trabalho aos profissionais de Letras, consegui introduzir em 1978 no Curso de Letras da Universidade Federal Fluminense a disciplina autônoma de Crítica Textual, obrigatória na graduação, e pouco depois organizei e pus em funcionamento com o auxílio de bons colaboradores o currículo de formação de revisores críticos, preparadores de originais e preparadores de texto. Na UFF, foi esta uma experiência de excelentes resultados, de que participei até a minha aposentadoria em 1989, e que hoje é conduzida por outros professores, dois dos quais – Marlene Gomes Mendes e Nilda Cabral – com o título de Doutor pela Universidade de São Paulo obtido após a defesa de teses elaboradas para comprovar a alta relevância e pertinência das noções básicas de Crítica Textual e a sua aplicação à preparação de boas edições de textos antigos ou contemporâneos, entre as quais as chamadas edições críticas e comentadas.

¹⁰ “Sabadoyles” eram as reuniões de escritores e interessados em assuntos culturais realizadas nas tardes de sábado na residência do ilustre bibliógrafo e bibliófilo Plínio Doyle de 1964 a 1998.

Para ilustrar as minhas afirmações, não quero deixar de citar uns poucos exemplos, suficientes para que se tenha idéia do problema a que me referi da má qualidade dos textos.

Boas e más edições de *Os Lusíadas*

Em Portugal e no Brasil, os escritos camonianos têm sido divulgados ao mesmo tempo em boas edições e em edições com o texto alterado em muitas das formas lexicais e construções sintáticas características da linguagem do século XVI.

A Imprensa Nacional – Casa da Moeda, de Lisboa, benemérita instituição pelo que tem feito em favor da divulgação de bons livros, com o que em Portugal e no Brasil têm os estudiosos fácil acesso a tantas obras de real valor, muitas delas em reprodução fac-similar de edições antigas, está sendo no momento um exemplo dessa contradição: por um lado, propicia aos estudiosos da língua e dos seus tesouros literários, no que diz respeito a Camões, o acesso a uma preciosidade como é a reprodução fac-similada das duas edições de *Os Lusíadas* datadas de 1572¹¹; por outro lado, em pleno ano de 1999, depois de tantos avanços dos estudos camonianos, reedita em fac-símile, com bom aspecto gráfico e o rótulo na capa de “edição nacional”, a edição comentada de *Os Lusíadas* feita por iniciativa de Afonso Lopes Vieira e a colaboração de José Maria Rodrigues, a qual assim se apresenta com as mesmas características de alteração do texto camoniano da que saiu pela primeira vez no ano de 1928.

Essa reedição traz na primeira página a indicação de que “o texto reproduz o da edição *princeps* de 1572, com a ortografia e a pontuação reformadas”, segundo o critério adotado por Afonso Lopes Vieira e aprovado por José Maria Rodrigues. Nas páginas finais se encontram as profundas “notas filológicas, históricas, geográficas, mitográficas e cosmológicas” assinadas por José Maria Rodrigues, uma explicação sobre o critério do estabelecimento do texto assinada por José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, uma “nota iconográfica” de José de Figueiredo e mais os índices.

Todavia, as modificações que Afonso Lopes Vieira e José Maria Rodrigues introduziram no texto camoniano ultrapassaram os limites impostos pela Crítica Textual moderna: figuras de atuação destacada no campo dos estudos literários, eram representativas de uma época em que o papel de editor

¹¹ “*Os Lusíadas*” – *Lvís de Camões* – Reprodução paralela das duas edições de 1572 [Fac-símile antecedido de uma “Nota preambular” da Comissão da Academia das Ciências de Lisboa encarregada de preparar a edição crítica do poema]. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

crítico se exercia sem a noção fundamental de que se impõe a preservação das características de forma e conteúdo de um texto por absoluto respeito à vontade do autor. Assim sendo, não reconhecendo a necessidade de conservar formas lexicais e construções sintáticas hoje em desuso, e partindo da falsa noção de que desse modo se facilita a leitura e compreensão de *Os Lusíadas*, os preparadores do texto da “edição nacional” desfiguraram a linguagem quinhentista do poema com o que consideravam simples adaptação da grafia do tempo à do sistema ortográfico português vigente a partir de 1911.

São mais do que suficientes para comprovar não só a infidelidade à citada edição *princeps* de *Os Lusíadas* como até mesmo a falta de critério na própria “atualização” das formas textuais os seguintes exemplos de alterações mais graves e mais significativos, colhidos apenas no Canto I, o que dá idéia do que pode ocorrer (e realmente ocorre) daí por diante: *Alexandre* (em lugar de *Alexandro*, estância 3), *mim* (*my*, I, 4), *uma* (*hũa*, I, 5), *para* (*pera*, I, 6), *nenhuma* (*nenhũa*, I, 7), *pelos* (*polos*, I, 12), *dois* (*dous*, I, 17), *formoso* (*fermoso*, I, 20), *scetro* (*ceptro*, I, 22), *assim* (*assy*, I, 23), *porfia* (*perfia*, I, 27), *exprimentados* (*experimentados*, I, 29), *subjugado* (*sojugado*, I, 32), *entre* (*antre*, I, 36), *estômago* (*estamago*, I, 39), *velozes* (*veloces*, I, 46), *terçados* (*tarçados*, I, 47), *plantado* (*prantado*, I, 49), *preguntavam* (*perguntauão*, I, 50), *lua* (*lũa*, I, 58), *enxárcia* (*exarcia*, I, 62), *de Aquele* (*daquelle*, I, 65), *sequazes* (*sequaces*, I, 71), *aborrecido* (*aurrecido*, I, 73), *submetesse* (*someterse*, I, 75), *com ele* (*co elle*, I, 83), *artilharia* (*artilheria*, I, 89), *desamparando* (*desemparando*, I, 91), *iníqua* (*inica*, I, 94), *contrários* (*contrairos*, I, 100). Contraditoriamente, conservam-se formas ou simplesmente grafias como *valerosas* (I, 2), *antigua* (I, 3) alternando com *antiga*, *enveja* (I, 4), *tam* (I, 5) alternando com *tão*, *Joane* (I, 13), *terrível* (I, 14), *dino* (I, 22), *perlas* (I, 23), *repostas* (= *respostas*) e *imos* (I, 50), *visível*, *invisível*, *insensível*, *insofrível* (I, 65), *dem* (= *dêem*, I, 68), *súpito* (I, 71), *Filipo* (I, 75), *Xequê* (I, 77), *atroce* (I, 88), *estruí* (I, 90), *malina* e *Mahamede* (I, 99). Para não estender os meus comentários, deixo de tratar da questão da pontuação, também arbitrariamente modificada nesta “edição nacional”.

Tais exemplos nos levam às seguintes indagações: se para a compreensão das passagens “históricas, geográficas, mitográficas e cosmológicas” (bem mais difícil e complexa) pode-se oferecer ao leitor o aparato de notas elucidativas, porque não fazer o mesmo com às características lingüísticas do texto, que esse mesmo leitor também precisa conhecer, para ter consciência das diferenças da linguagem do século XVI em relação à língua atual? Por outro lado, um texto de *Os Lusíadas* assim abusivamente “atualizado” que valor pode ter para estudos sobre a língua e estilo de Camões e para documentar trabalhos sobre a contribuição do poeta à renovação da língua portuguesa?

Para finalizar, esclareço que só estou tratando de tal edição porque ela hoje está posta ao alcance de numerosos leitores, portugueses principalmente, sob a chancela da respeitável instituição que é a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, sabendo-se no entanto que no mercado de livros há edições escolares do poema que oferecem um texto com razoável ou bom nível de fidelidade e acompanhado de numerosas notas exegéticas¹².

Também aproveito o ensejo para deixar bem claro que, tendo na justa medida o apreço devido às figuras de Afonso Lopes Vieira e de José Maria Rodrigues, pelas obras de valor que nos legaram, não posso por isso deixar de criticar essa lamentável (no que diz respeito ao texto) edição de *Os Lusíadas* de sua autoria, sem todavia deixar de frisar que foi publicada há setenta anos, quando ainda era de certo modo compreensível que se tomassem tantas liberdades em relação à apresentação de textos antigos, com a falsa idéia de assim torná-los de leitura mais fácil ao leitor comum.¹³ Se a casa editora quer continuar a prestar homenagem ao filólogo José Maria Rodrigues pela notável contribuição que deu aos estudos camonianos, será o caso então de dar prosseguimento à reedição dos seus escritos dispersos, com a inclusão das notas finais do volume da “edição nacional” que acabamos de analisar¹⁴: de fato, tais estudos, em que há tanta coisa de real valor e tanta coisa discutível ou inaceitável, mas que ainda assim precisa ser revista à luz dos conhecimentos mais avançados, devem sempre estar à disposição de pesquisadores interessados em acompanhar a evolução da Camonologia.

¹² Em relação a Portugal não se pode deixar de mencionar a edição do benemérito camonista Emanuel Paulo Ramos, tão justamente louvada por Hernâni Cidade como obra de muito saber e honestidade, a qual, tendo sido preparada para favorecer no ensino secundário o conhecimento do poema, transcende “em utilidade os usos escolares”, como acentuou Jorge de Sena (Porto Editora). No Brasil, é de referência obrigatória a edição escolar lançada em 1972, trabalho de vários colaboradores, elaborada segundo o plano dos professores Gladstone Chaves de Melo e Sílvio Elia, a qual acaba de ser reeditada em terceira edição num convênio da Biblioteca do Exército com o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Fazemos referência apenas a estas, entre outras edições, porque são edições rotuladas de edições escolares, destinadas principalmente aos iniciantes em estudos camonianos, mas cujos autores não se atrelaram à falsa idéia de modernizar as formas lexicais e construções sintáticas para facilitar aos leitores a compreensão do texto do poema.

¹³ A mais recente reedição da “edição nacional” de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira lançada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda foi impressa em julho de 1999, com a nota final de que reproduz fac-similarmente a anterior de 1971. Comparando o texto de 1971/1999 com o de 1931, verifiquei que foram feitas algumas alterações, como a substituição de *antigua* por *antiga* (I, 3), *uma* por *ua* e *tam* por *tão* (I, 5), *scetro* por *ceptro* (I, 22), nos exemplos que colhi no Canto I, o que ainda mais aumenta o rol de contradições que caracterizam essa “edição nacional” que, posta a preço muito acessível ao alcance de tantos leitores, com o rótulo pomposo que traz na capa, vai continuar a prestar o desserviço de apresentar aos estudantes uma imagem assim tão deformada do texto camoniano.

¹⁴ Haja vista a segunda edição de *Fontes dos “Lusíadas”* lançada em 1979 pela Academia das Ciências de Lisboa, com excelente prefácio de Américo da Costa Ramalho, em que se realçam os méritos de investigador de José Maria Rodrigues (XIV + 602 p.).